

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021)

1. OBJETO

Contratação de 05 (cinco) licenças de uso da plataforma jurídica, contemplando módulos de Pesquisa Avançada e Jus IA, destinada a atender às necessidades de pesquisa jurisprudencial, doutrinária, legislativa e apoio à elaboração de peças jurídicas por meio de inteligência artificial, pelo período de 12 (doze) meses para Procuradoria, Controladoria e Setor de Compras da Câmara Municipal de Itaúna/MG

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de agilizar a pesquisa de jurisprudência atualizada; obter acesso estruturado a decisões judiciais de todos os tribunais do país; utilizar ferramentas de inteligência artificial para apoio na análise de precedentes e elaboração de peças jurídicas; aumentar a produtividade da equipe jurídica; e garantir maior segurança técnica nas manifestações e peças produzidas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução compreende 05 (cinco) licença(s) de acesso individual à plataforma com acesso ao módulo Pesquisa com filtros avançados; acesso ao módulo Jus IA para resumo automático de decisões, extração de fundamentos jurídicos e apoio à elaboração de peças; acesso via web com login individual; suporte técnico remoto; e atualizações automáticas durante a vigência contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá disponibilizar acesso integral aos módulos contratados; garantir disponibilidade mínima de 99% ao mês; assegurar proteção de dados e conformidade com a LGPD; disponibilizar suporte técnico em horário comercial; manter base de dados atualizada; e permitir acesso por navegadores atualizados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O acesso será disponibilizado mediante login individual. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, iniciando após assinatura contratual. A disponibilização dos acessos deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura. A fiscalização será realizada por servidor designado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão será realizada por servidor designado, responsável por acompanhar a execução, verificar disponibilidade dos acessos, registrar ocorrências, atestar a prestação do serviço e aplicar penalidades quando cabível.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será conforme proposta comercial, condicionado à comprovação da disponibilidade da plataforma, regularidade fiscal da contratada e atesto do gestor. Em caso de indisponibilidade superior a 24h sem justificativa técnica, poderá haver desconto proporcional.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção poderá ocorrer por:

- Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021), caso demonstrada inviabilidade de competição; ou
- Dispensa, conforme valor estimado e enquadramento legal.

Critério de julgamento: menor preço ou justificativa de fornecedor exclusivo, conforme o caso. Sendo descartada a inexigibilidade deverá ser realizada cotação de preços nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado será apurado com base em proposta comercial formal da fornecedora e pesquisa de mercado, devendo constar nos autos do processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria prevista para serviços de tecnologia da informação ou serviços técnicos especializados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Disponibilizar acesso integral aos módulos contratados; garantir funcionamento regular da plataforma; manter sigilo sobre dados acessados; cumprir a LGPD; disponibilizar suporte técnico; comunicar manutenções programadas; responder por falhas técnicas; e não interromper o serviço sem prévia comunicação.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fornecer informações necessárias para cadastro dos usuários; efetuar pagamento nos prazos estipulados; utilizar a plataforma exclusivamente para fins institucionais; não compartilhar credenciais; comunicar falhas; e fiscalizar a execução contratual.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e servirá como base para elaboração do instrumento contratual.

16. MAPA DE RISCOS (art. 22 da Lei 14.133/2021)

Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas Mitigadoras
Indisponibilidade da plataforma	Média	Alto	Contratada	Previsão de desconto proporcional
Vazamento de dados	Baixa	Alto	Contratada	Cláusula de LGPD e segurança da informação
Uso indevido de login	Média	Médio	Contratante	Controle interno e orientação aos usuários
Descontinuidade do serviço	Baixa	Alto	Contratada	Previsão contratual de continuidade mínima
Atualizações que impactem funcionalidade	Média	Médio	Contratada	Comunicação prévia e suporte técnico

Itaúna, 12 de fevereiro de 2026

Leonardo Lopes Dornas
Chefe de Compras